

## Soluções do governo para o campo geram polêmica

*Proposta de fixação de novos índices na definição de terra produtiva é condenada por Jucá. Nabor sugere ampliação da área passível de aproveitamento econômico na Amazônia*

### Integração das Américas deve contemplar política de desenvolvimento, alerta Waldeck

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) afirmou ontem que a integração comercial entre os países do continente americano deve ser feita em bases sólidas e justas para todos. Ele ressaltou a importância de se promover uma política



Waldeck Ornelas

interna de desenvolvimento regional e associá-la a um projeto que contemple investimentos para atender as necessidades dos países que integrarão a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

- A União Européia pratica políticas explícitas e cla-

ras de compensações e de estímulo às regiões subdesenvolvidas. A Alca não pode ser diferente - afirmou o senador, ao lembrar que o Brasil precisa se precaver para que não aconteça aqui a divisão que vitimou o México, após a entrada desse país na Nafta: "No Norte, área limítrofe com os Estados Unidos, há investimentos e no Sul prevalece a pobreza e a questão social cada vez mais se agrava", garantiu.

Waldeck Ornelas entende ser necessário incluir na pauta das negociações da Alca um

projeto de desenvolvimento regional equilibrado para os países que a integrarão. Na opinião do senador, essa questão não foi incluída na agenda de nenhum dos 11 grupos de trabalho instalados até o momento. Por essa razão, segundo Waldeck, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado irá debater o assunto.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que também a Comissão de Relações Exteriores irá debater a questão. Ele mesmo, conforme assegurou, já manifestou ao presidente do órgão, senador José Sarney (PMDB-AP), sua preocupação com o assunto.

### Embaixador tcheco despede-se de ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem o embaixador da República Tcheca, Antonín Blazek, em visita de cortesia destinada à apresentação de despedidas, já que se aproxima o final da missão do diplomata no Brasil.

O embaixador aproveitou para conversar sobre alguns projetos visando ao estreitamento das relações políticas e econômicas entre os dois países.



A proposta do Incri de fixação de novos índices para definir o que é terra produtiva já provoca desentendimento, alertou ontem o senador Romero Jucá. Ele pediu uma discussão ampla da proposta antes que ela entre em vigor. Já o senador Nabor Júnior fez um apelo ao governo federal para que amplie de 20% para 50% a área passível de aproveitamento econômico em cada propriedade na Amazônia. O senador Roberto Freire, por sua vez, destacou a realização, em Brasília, de *O Grito da Terra Brasil 97*, com a participação de 1.500 trabalhadores rurais de todo o país. **Páginas 4 e 5**

### NESTA EDIÇÃO

**CCJ recebe hoje parecer sobre emendas à reeleição**

Página 3

**Na pauta, punição por preconceitos de raça e etnia**

Proposta na pauta do plenário, hoje, pune com até três anos de reclusão quem manifestar preconceito de raça, cor ou etnia. Pág. 3

# CPI deve concluir relatório ainda este mês

*Amanhã, a comissão tomará o depoimento do empresário Manoel Moreira que, em conversa informal com senadores, teria mencionado envolvimento de ex-prefeito em irregularidades*

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) reúne-se hoje com sua equipe de assessores técnicos para concluir os relatórios sobre cada estado e município que, entre 1995 e 1996, emitiu títulos para pagar precatórios. Depois disso, a previsão do relator é de que ainda este mês estará concluído o relatório sobre as fraudes praticadas com

esses papéis.

Hoje também se encerra o prazo para que o secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Prisco Paraíso, encaminhe à CPI a ordem de serviço que originou a emissão de títulos naquele estado, solicitada no dia em que o secretário depôs.



Roberto Requião

Se o documento não chegar até hoje, Requião disse que o caso será entregue ao Ministério Público. Amanhã, a CPI tomará o depoimento do empresário Manoel Moreira, que, em conversa informal com os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Wilson Kleinübing

(PFL-SC) e Romêu Tuma (PFL-SP), teria mencionado o envolvimento do ex-prefeito Paulo Maluf nas irregularidades praticadas com as emissões de títulos em São Paulo.

No dia 21, a CPI começa a ouvir os dez senadores que, em 1995 e 1996, relataram pedidos de emissão de títulos. Em seguida, será conhecido o relatório final.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Preside Sessão Solene do Congresso em homenagem ao sesquicentenário do nascimento do poeta Castro Alves  
15h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado

### CONGRESSO NACIONAL

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional. *Plenário do Senado Federal*

**Oradores:** Pelo Senado, senadores Ronaldo Cunha Lima e Abdias Nascimento; pela Câmara, deputados Haroldo Lima, Aldo Rebelo e Manoel Castro.

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

- O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o 116º aniversário do escritor Lima Barreto.

**Oradores inscritos:** senador Abdias Nascimento e senadora Benedita da Silva.

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PLC nº 88/96**, que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848/40; discussão em turno único do \***PLC nº 204/93**, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605/49, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado; e votação em turno único do \***PLC nº 44/95**, que dispõe sobre as colônias, federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição federal.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Reunião extraordinária)

**Pauta:** Emendas de plenário oferecidas à \***PEC nº 4/97 (apresentação de relatório)**, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PLS nº 212/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; \***PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)**, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; \***PLS nº 30/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; e \***PLS nº 292/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - CPI do Trabalho Infantil

**Pauta:** Depoimentos do diretor-superintendente da Ebasa, Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Arqueiros, Oscarino Lopes Filho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Reunião extraordinária)

**Pauta:** Exposição dos ex-ministros da Previdência Sérgio Cutolo e Antonio Britto; **PEC nº 33/96**, que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

### PREVISÃO DE TRABALHOS

#### PLENÁRIO

Quarta-feira (14.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Discussão em turno único do \***PLC nº 72/96**, que altera o art. 82 da Lei nº 7.210/84, que institui a Lei de Execução Penal; do \***PLC nº 1/97**, que altera os dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio; do \***Projeto de Resolução nº 52/97**, que autoriza o governo do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 30 milhões; e do \***Projeto de Resolução nº 53/97**, que autoriza o Rio Grande do Norte a contratar e conceder contragarantia a operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor equivalente a US\$ 24 milhões.

Quinta-feira (15.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Discussão em turno suplementar do \***PLC nº 42/95**, que dispõe sobre a apresentação de recetivário agrônomico para obtenção de financiamento agrícola; do \***Substitutivo do Senado ao PLC nº 81/94**, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; discussão em turno único do \***PLS nº 206/95**, que dispõe sobre a alocação em depósitos especiais remunerados de recursos da disponibilidade financeira do FAT; e do \***Projeto de Resolução nº 115/95**, que dispõe sobre a alienação de bens que integram o patrimônio do Senado.

#### COMISSÕES

Quarta-feira (14.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; \***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; e \***PEC nº 35/96**, que regula a disciplina partidária. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PLS nº 89/96 (não terminativo)**, que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao DF e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; \***PLS nº 236/95**, que cria a renda mínima na educação; e \***PLS nº 84/96**, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

**Pauta:** Exposição do diretor da Embrapa em Petrolina - PE, Manoel Abílio de Queiroz. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

Comissão Mista de Orçamento (data e horário a serem definidos)

**Pauta:** Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para prestar esclarecimentos acerca do projeto de LDO para 1998. *Plenário 02, do Anexo II, da Câmara dos Deputados.*

# Projeto pune com mais rigor preconceito racial e religioso

*Plenário do Senado vota também hoje outras propostas, como a que fixa normas sobre ação de impugnação de mandato eletivo*

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei da Câmara que pune, com até três anos de reclusão, quem manifestar preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A proposição prevê também reclusão de até cinco anos para quem fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos com a cruz suástica. A matéria depende ainda de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Também será apreciado na mesma sessão projeto de lei da Câmara que desconsidera as

impontualidades do empregado, para efeito de desconto salarial, se o somatório de atrasos durante o mês não exceder a uma hora. A matéria recebeu parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA) na Comissão de Assuntos Sociais.

Ainda hoje, será votado parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) à proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que fixa normas sobre ação de impugnação de mandato eletivo. Em seu parecer, Tebet sugere que a maté-

ria seja transformada em projeto de lei.

Pela proposição de Requião, a ação de impugnação deve ser julgada, em primeira e segunda instâncias, no prazo de 150 dias. Transcorrido esse prazo, o processo só poderá prosseguir com prévia licença da Casa legislativa a que pertencer o parlamentar acusado.

O plenário vota ainda projeto de lei que dispõe sobre as colônias, federação e confederação dos pescadores. A matéria tem parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais.



Odacir Soares

## Restrição no uso de capuz vai à Câmara

Já está na Câmara dos Deputados o projeto do senador Odacir Soares (PFL-RO) que restringe o uso de capuz em operações policiais. A proposição foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), e encerrou-se na última quarta-feira (dia 7) o prazo regimental sem que tenha sido apresentado recurso para apreciação da matéria pelo plenário.

O projeto estabelece que a utilização de capuz por policiais civis e militares somente será permitida em operações especiais previamente autorizadas. O uso de máscaras, pinturas e outros meios capazes de impedir a identificação dos policiais requer a mesma autorização.

Pela proposição, ao permitir o uso do capuz em operações especiais, a autoridade considerará os riscos a que se sujeitam os policiais na hipótese de serem identificados. Se não existir razão especial para a utilização de capuz pelos policiais, a autoridade que a permitir responderá civil e criminalmente pela autorização.

Ao justificar a proposição, Odacir afirmou que os policiais muitas vezes precisam preservar suas identidades, especialmente em razão de enfrentarem organizações criminosas que podem recorrer à retaliação. Mas lembrou que os agentes sob disfarces podem agir contrariamente às normas disciplinares, policiais e da própria Justiça.

A matéria teve parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## CCJ recebe o parecer sobre emendas de plenário à proposta de reeleição

Em reunião a realizar-se às 10h de hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebe o relatório do senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre as quatro emendas de plenário à proposta de emenda constitucional que permite reeleição para cargos executivos. As emendas são de autoria dos senadores Lucídio Portella (PPB-PI), José Eduardo Dutra (PT-SE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).



Francelino Pereira

Também de autoria de Júlio Campos, será examinado pela CAE projeto que autoriza o Banco Central a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira. A comissão analisará ainda, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos.

A comissão aprecia ainda, em caráter terminativo, projeto do senador José Eduardo Dutra que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e ofício do

governo do estado do Rio Grande do Sul solicitando autorização para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ouvirá hoje, a partir das 10h, depoimentos do diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho S.A. - Ebesa, Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariquemes, Oscarino Lopes.

Às 11h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania volta a se reunir, para ouvir exposições dos ex-ministros da Previdência e Assistência Social Sérgio Cutolo, atual presidente da Caixa Econômica Federal, e Antonio Brito, atual governador do Rio Grande do Sul, sobre a proposta de reforma da Previdência.

# Nabor pede ampliação da área para desmatamento

*Segundo ele, a maioria dos agricultores na Amazônia já ultrapassou o limite "irrealista" de 20% fixado mediante medida provisória*

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez um apelo ontem para que o governo amplie para 50% a área passível de desmatamento e aproveitamento econômico em cada propriedade na Amazônia. A seu ver, o limite de 20%, fixado pela Medida Provisória nº 1.511, é "irrealista e nocivo aos habitantes da Amazônia e ao macrointeresse nacional, em termos de unidade e segurança das nossas fronteiras".

Segundo Nabor Júnior, a maioria dos agricultores no Acre já fizeram desmatamento superior a 20%, e com a MP se vêem impossibilitados de continuar com o plantio de alimentos para o sustento da família. Para o senador, o percentual de 20% deve ter sur-



Nabor Júnior

gido como um parâmetro ideal, "porque a alegação de preservar florestas tem forte apelo sentimental e atende à assuada dos falsos ambientalistas nacionais e, principalmente, estrangeiros".

- É inadmissível condenar à miséria permanente os bra-

sileiros que vivem e trabalham na Amazônia, por mais ruidosas que sejam as campanhas e pressões, mesmo porque a maior parte delas tem origem e objetivos desconhecidos - disse o senador. Para ele, "o Brasil se encontra, mais uma vez, face ao dilema entre a realidade social dos cidadãos e os projetos irrealistas de dirigentes".

Nabor Júnior leu documento da seção acreana do movimento *Grito da Terra Brasil*, encaminhado ao presidente da República, propondo a alteração da MP. Segundo o documento, se a MP não for revista, "os produtores terão sua produção inviabilizada, levando milhares de famílias ao empobrecimento e consequente êxodo rural".

## Flaviano aplaude intenção de limitar capital externo na compra de terras

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) apoiou a intenção do governo federal de adotar medidas visando limitar a participação do capital estrangeiro na aquisição de grandes áreas na Amazônia. Segundo ele, "o país precisa, antes de tudo, zelar por sua soberania e pelo cumprimento de seus objetivos nacionais".

- Essa intenção governamental não deve ser entendida como um retrocesso no processo de abertura comercial e econômica a que estamos dedicados desde o começo desta década, mas como uma decisão

soberana de um país que deseja integrar-se ao mercado mundial sem abrir mão do controle e do domínio do território nacional - disse.

Para o senador, a dificuldade de acesso e de comunicação na região amazônica pode isolá-la do convívio com a nacionalidade e do controle das autoridades brasileiras em relação às áreas onde se instalem projetos estrangeiros de agricultura, de pecuária ou de exploração de recursos naturais.

Flaviano manifestou a certeza de que a decisão de instituir o controle de terras na Amazônia, "por



Flaviano Melo

constituir medida fundamental para a preservação da soberania do país", vai receber apoio do Congresso Nacional, "composto por cidadãos e cidadãs que defendem o Brasil, acima de suas divergências políticas ou ideológicas".



João Rocha

## João Rocha defende a continuidade da ferrovia Norte-Sul

A retomada das obras de ampliação da ferrovia Norte-Sul foi defendida pelo senador João Rocha (PFL-TO) como um passo importante em direção à interiorização do desenvolvimento e à integração nacional. O senador entende que a medida fortalecerá a agroindústria e a economia do país, contribuindo para o aumento da competitividade e produtividade da região e a melhoria do comércio exterior brasileiro, além de possibilitar a redução dos custos dos transportes.

Na opinião de João Rocha, cabe ao governo federal construir, pelo menos, a base da obra, cuja gestão e exploração seria transferida para a iniciativa privada, a exemplo do que, segundo acredita, foi feito no setor siderúrgico em outros estados.

Para o senador, "é preciso reconhecer a importância sócio-econômica do projeto, na medida em que poderá ajudar a reverter o quadro de saturação dos grandes centros urbanos e estancar o processo migratório para o sudeste do país, reduzindo as graves demandas sociais nas áreas de educação, saúde, saneamento e habitação que sofrem essas populações".

## REFORMA AGRÁRIA

# Nível de produtividade preocupa Jucá

*Novos índices que o governo quer usar para definir o que é terra produtiva já provocam desentendimentos, segundo o senador, e sepultarão qualquer possibilidade de paz no campo*



Ernandes Amorim

## Amorim sugere o envolvimento de municípios

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) sugeriu a organização de Comissões Municipais de Reforma Agrária como alternativa para a questão fundiária. A seu ver, o envolvimento dos municípios "é indispensável para viabilizar uma reforma agrária organizada, eficiente e pacífica".

De acordo com a sugestão encaminhada ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, os municípios ficariam responsáveis pela elaboração e implantação do plano municipal de reforma agrária, pela seleção dos imóveis rurais e dos beneficiários. Ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) caberia, além do apoio financeiro, elaborar o Programa Nacional de Acesso à Terra.

Conforme disse Amorim, esse programa iria garantir os recursos fundiários a partir da desapropriação, aquisição, destinação de terras públicas e do crédito agrário. O financiamento seria limitado a propriedades de no máximo 25 ha.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse ontem que, ao invés de dar mais agilidade ao processo de reforma agrária, a proposta do Incra de estabelecer novos índices para definir o que é terra produtiva já provoca desentendimentos e sepultará qualquer possibilidade de paz no campo. A novidade, segundo o senador, virá sob a forma de portaria ministerial baixada pelo ministro Arlindo Porto, da Agricultura, e pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que já a assinou.

Jucá apelou ao ministro da Agricultura para que não assinasse a portaria antes de submeter a proposta a uma discussão mais ampla, envolvendo a Embrapa, o Senado e as secretarias estaduais de Agricultura. Nesse sentido, ele apresen-



Romero Jucá

tou ontem requerimento para que Arlindo Porto e Raul Jungmann compareçam ao plenário do Senado.

Segundo o senador, a portaria ministerial altera os critérios de medida da eficiência da terra e, conforme "comentário lúcido e pertinente da Confederação Nacional da Agricultura", reduzirá os atuais 28% de áreas produtivas para 10%. Pela proposta do Incra, exemplificou Jucá, terras utilizadas no plantio de soja serão consideradas produtivas quando renderem

2.500 quilos por hectare, produção bastante superior aos 1.200 kg/ha hoje vigentes. No caso do milho, ao invés dos 1.300 kg/ha que hoje definem a terra como produtiva, serão necessários 2.000 kg/ha, acrescentou.

Jucá anunciou também que apresentará requerimento de informações ao Ministério da Agricultura sobre "seminário milionário realizado em Roraima", conforme notícia publicada neste fim de semana pelo *Jornal do Brasil*.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que os novos índices prejudicarão principalmente a Amazônia e as regiões que não têm agricultura mecanizada. Não é à toa que a Embrapa, dedicada à pesquisa e à orientação dos agricultores, manifestou-se contrariamente à portaria ministerial, observou.

## Roberto Freire parabeniza Contag e conclama governo a ouvir Grito da Terra

O senador Roberto Freire (PPS-PE) parabenizou ontem a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) por realizar *O Grito da Terra Brasil 97*, manifestação coordenada também pela CUT e outras entidades representativas dos índios, pescadores, seringueiros e atingidos por barragens. O ato reúne, desde ontem, em Brasília, cerca de 1.500 trabalhadores rurais de todo o país.

- Mais que um ato político, a Contag quer concretizar, nesta quarta edição do *Grito da Terra*, uma interlocução objetiva que permita equacionar soluções concretas para reivindicações históricas dos trabalhadores rurais - disse.

Após fazer um histórico sobre a Contag, que congrega 10 milhões de associados, Freire afirmou que, diante dos desafios da globalização, a entidade consolida proposta de um novo projeto de desenvolvimento rural, "onde a reforma agrária é o principal instrumento para fortalecer a agricultura familiar, permitindo a distribuição de renda e a geração de emprego".

Segundo Freire, "o Brasil está meio século atrasado na questão agrária e urge resgatar a imensa dívida social acumulada". Ele afirmou ser preciso que o governo ouça os trabalhadores, ouça o *Grito da Terra*, e que comece a construir um novo tipo de desenvolvimento: a globalização sem exclusão.

- Em nome do Partido Popu-



Roberto Freire

lar Socialista, quero parabenizar todas as entidades que trabalham na organização dessa manifestação, que há de repercutir e qualificar o debate nacional sobre o tipo de sociedade e de país que queremos. Parabéns, especialmente ao presidente da Contag, Francisco Urbano, lutador histórico e aguerrido em defesa dos brasileiros que, no extremo da exclusão, oferecem-nos esse exemplo de cidadania - concluiu.

# Hollanda apóia debates sobre álcool

*Decisão de submeter à discussão da sociedade regras para a comercialização do combustível agrada ao senador, que lembra a necessidade de proteger pequeno produtor*

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) elogiou ontem a decisão do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) de submeter a debates a proposta de portaria que deverá regulamentar a comercialização de álcool etílico anidro combustível no Brasil.

De acordo com o senador, o despacho do diretor do DNC "permite a qualquer pessoa interessada no assunto contribuir com o governo para alcançar o melhor consenso entre produtores, distribuidores, o mercado e a nação, na liberação gradual do preço do álcool combustível".

Para Joel de Hollanda, o go-



Joel de Hollanda

verno deve estar vigilante em relação à situação dos estados que possuem uma considerável parcela de seus trabalhadores vivendo da agricultura da cana, que produz o álcool combustível. Segundo ele, "uma alteração em prejuízo

dessa produção poderá afetar gravemente a já debilitada condição social desses cidadãos".

O senador lembrou que o pequeno produtor de álcool e as destilarias também precisam ser protegidos, pois são alvo de concorrências desleais. Para ele, "é preciso ver o álcool combustível como um produto nacional, sujeito a diferenças regionais que necessitam muitas vezes ser balanceadas". A seu ver, o álcool do Pará deve ser tão competitivo quanto o de São Paulo, que tem a vantagem de estar dentro de um centro de grande consumo".



Lúcio Alcântara

## Alcântara elogia reestruturação da polícia no Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o relatório da comissão especial criada pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, para apurar irregularidades e apontar medidas para a melhoria da estrutura de segurança pública do estado cumpriu seus objetivos e, além de apontar responsáveis por irregularidades no setor, indica medidas para o saneamento das instituições policiais.

Segundo o senador, a comissão concluiu que havia muita desorganização e conivência dentro do sistema de segurança cearense. Dezesesseis policiais civis de elevada hierarquia tiveram a quebra de sigilo bancário requerida e os implicados serão agora indiciados pela Justiça.

Lúcio Alcântara disse que, em consequência das sugestões apresentadas, o governador do Ceará proporá modificações à Constituição estadual, "de modo a dar instrumentos mais ágeis à Procuradoria Geral do estado para o andamento dos processos".

Para o senador, o Ceará, com essas, entre outras medidas, "tem chances de se tornar, rapidamente, um exemplo para o Brasil", com uma polícia subordinada aos interesses sociais.

## Alves aponta avanço com Plano de Metas da Saúde, mas acha recursos ainda insuficientes

O senador José Alves (PFL-SE) congratulou o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, pela formulação do Plano de Metas do setor, que "procura racionalizar e organizar o sistema de saúde no país".

Ele lamentou, porém, que o aumento de recursos financeiros previsto no plano seja ainda insuficiente, porque os gastos federais continuarão abaixo de 3% do PIB, fazendo com que o Brasil "continue sendo um dos países mais avarentos do mundo no que se refere a despesas com saúde". Ele lembrou que outras nações de economia semelhante à nossa já aplicam até mais de 5% do PIB na saúde.

José Alves, que lembrou a comemoração, semana passada, do Dia Mundial da Saúde (dia 7), afirmou ter a "esperança de que essas medidas venham, realmente, de forma concreta e objetiva, encaminhar soluções mais urgentes para o complexo problema,



José Alves

pois a saúde é a principal riqueza de bem-estar para a nação brasileira".

O senador considera importante a racionalização do setor de saúde, para que se possam aumentar os recursos, de forma a garantir a estabilidade dos financiamentos na área, a descentralização com o aumento da fiscalização e controle, a ampliação da habilitação dos municípios à gestão plena e o fortalecimento dos conselhos e fundos municipais de saúde.

Ele comentou a intenção do governo de alterar a Proposta de Emenda Constitucional nº 169 - que tramita no Congresso -, com o objetivo de estabe-

lecer uma participação orçamentária vinculada de no mínimo 10% para os estados e 12% para os municípios, recursos estes a serem reservados, nos respectivos orçamentos, para gastos em saúde, a serem reforçados com repasses da União.

José Alves considera de fundamental importância que se estabeleça, também, um percentual mínimo do Orçamento federal para a saúde, capaz de evitar, no futuro, as variações que vêm ocorrendo desde 1989, quando os recursos para a saúde foram da ordem de R\$ 11,4 bilhões. Esse número caiu para R\$ 9,5 bilhões em 1990; R\$ 7,9 bilhões em 1991; R\$ 6,6 bilhões em 1992; R\$ 8,8 em 1993, quando teve início a recuperação desses valores. O Plano de Metas para a saúde representa, na opinião do senador, uma grande esperança para que se restaure a credibilidade do atendimento em saúde no Brasil.

# Lobão aplaude prevenção do risco de déficit de energia

*Interligação das subestações de Imperatriz (MA) e Samambaia (DF) promoverá intercomunicação de todo o sistema, afirma senador*

A interligação dos sistemas de transmissão Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, atualmente em fase de implantação, foi apontada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) como "um instrumento da maior importância para controlar os riscos de déficit de energia em todo o sistema elétrico nacional". Segundo o senador, a obra pro-



Edison Lobão

porcionará um ganho energético de aproximadamente 600 megawatts anuais.

Edison Lobão disse que a interligação das subestações Imperatriz, no Maranhão, e Samambaia, no Distrito Federal, promoverá a intercomunicação de todo o sistema energético brasileiro e proporcionará o suprimento direto de energia a consumi-

dores do Tocantins, garantindo inclusive o abastecimento da cidade de Palmas.

O custo da obra, segundo o senador, está estimado em US\$ 738 milhões, parte dos quais o governo federal pretende obter junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Eximbank japonês. Ele lamentou que a imprensa não tenha dado a "devida divulgação" ao empreendimento, que, a seu ver, "prova o dinamismo do governo Fernando Henrique Cardoso".

## Senado faz homenagem a Lima Barreto

O tempo destinado aos oradores na Hora do Expediente da sessão de hoje será dedicado a comemorar o 116º aniversário do escritor Afonso Henrique de Lima Barreto, autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, entre outras obras. O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) e a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) estão inscritos como oradores.

## Congresso lembra poeta Castro Alves

O Congresso Nacional realiza hoje, às 11h, no plenário do Senado, sessão solene destinada a homenagear o poeta Castro Alves pela passagem dos 150 anos de seu nascimento. Estão inscritos para falar os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Abdias Nascimento (PDT-RJ), e os deputados Haroldo Lima, Aldo Rebelo e Manoel Castro.

## Benedita será lançado hoje em Brasília

Hoje, a partir das 17h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, será lançado em Brasília o livro autobiográfico da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), *Benedita*. O livro está sendo lançado simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra e tem a apresentação do reverendo norte-americano Jesse Jackson.

Lançada primeiro no Rio

de Janeiro, em 28 de abril, a autobiografia foi escrita a partir de entrevistas com a senadora realizadas pela jornalista americana Medea Benjamin e pela documentarista brasileira Maísa Mendonça.

O livro, dedicado à memória de Lélia Gonzalez, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, contém a trajetória pessoal e política da senadora petista.



Benedita da Silva



# O Informativo da RÁDIO SENADO

## 91,7 FM já está na INTERNET

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



# Valmir defende cadastro sobre condições de rodovias federais

Para senador, mecanismo provocará redução do número de acidentes e servirá como meio de pressão para que se recuperem as estradas

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu, ontem, apoio aos demais membros da Casa para a rápida tramitação do projeto de lei, de sua autoria, que propõe a criação de um cadastro sobre as condições das rodovias federais.

O projeto prevê que os órgãos responsáveis pela manutenção das rodovias federais deverão realizar e divulgar, pelo menos semestralmente, levantamentos, estudos e pesquisas sobre as condições das



Valmir Campelo

estradas sob sua jurisdição.

Valmir Campelo disse que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) já possui meios de

instituir o cadastro, e não será difícil "institucionalizar esse mecanismo". Explicou que, em princípio, o relatório ficará à disposição de todo cidadão.

Para o senador, a criação do cadastro permitirá a diminuição do número de acidentes nas rodovias federais, além de servir como instrumento de pressão da sociedade junto ao governo, no sentido da adoção de medidas para a recuperação das estradas.



Sebastião Rocha

## Rocha apela em favor de vítimas de enchentes no AP

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apelou ao governo do Amapá para que declare situação de emergência na cidade de Vitória do Jari, atingida pela cheia do rio do mesmo nome. Segundo ele, o prefeito adotou essa medida, mas, para que a Defesa Civil da União possa ajudar, é preciso que o governo faça o mesmo.

Rocha lembrou que as enchentes já desabrigaram duas mil pessoas e que a distribuição de água está comprometida. "Espero que o prefeito e o governador esqueçam suas divergências políticas", disse.

### HOMENAGEM A DARCY

Sebastião Rocha agradeceu ao governo do Distrito Federal pelo Prêmio Manoel Bonfim concedido ao livro *Diários Índios*, de Darcy Ribeiro. O senador registrou que o prêmio, criado em 1995 para autores que tratam da realidade brasileira, foi entregue à representante da Fundação Darcy Ribeiro, Vera Brandt, no último dia 30, junto com R\$ 10 mil e uma medalha.

## Amin cobra medidas para prevenir a calamidade das cheias em Santa Catarina

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ao governo federal providências para garantir a manutenção das barragens do Vale do Itajaí e a segurança contra inundações no município de Blumenau (SC). O senador disse que, "a cada chuva mais intensa ou prolongada, há temor e pânico entre a população local".

Ele citou sugestão, da prefeitura de Blumenau, para que a União destine, como retribuição pelo aproveitamento e



Esperidião Amin

operação de três usinas projetadas ou em construção no estado, 0,1% do valor investido para a implantação de um sistema de alerta e prevenção de intempéries.

Amin destacou a questão dos índios da reserva de Duque de Caxias, que, no último mês de fevereiro, "ampliaram os riscos a que estão submetidas milhares de pessoas", ao ocupar a Barragem do Norte, abrindo suas comportas.

O senador acrescentou que os índios pretendiam "despertar a atenção das autoridades públicas, pressionando no sentido de serem atendidas as suas legítimas e procedentes reivindicações".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E GERALDO MELO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado:** José do Carmo Andrade

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação:** Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

**Revisão:** Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.